



8 de março

Esta edição do Chave Geral foi escrita apenas por jornalistas mulheres.



Da esq. para a dir.: manifestação de mulheres durante a ditadura; Joênia Wapichana, primeira indígena eleita deputada federal; Karla Lessa, comandante dos Bombeiros que atuou no resgate em Brumadinho; Marielle Franco, vereadora assassinada no RJ; manifestação da Marcha Mundial das Mulheres em 2014.

Dia Internacional da Mulher é dia de quê?

Hoje, às 17h, na Praça Raul Soares, em Belo Horizonte, é dia de mobilizar!

Hoje é dia de comemorar a vida com todas as suas batalhas e sonhos.

A Frente Brasil Popular e Blocos de Carnaval de BH convidam todas e todos para caminhar juntos. Apesar dos tempos difíceis, folia, amor e luta não vão faltar.

Os governos autoritários criam uma usina de mortes e exploram a nossa vida e o nosso trabalho para alimentar o lucro. Tiram o pão de nossas mesas, as sementes de nossa terra, as águas de nossos

rios para encher os imensos cofres dos mercados internacionais. Mas vamos dizer que, se para eles vale o lucro, para nós vale a vida.

Vamos fervilhar as ruas de BH para denunciar o assassinato da vereadora Marielle Franco, o machismo na política, nas empresas e a política da morte que soterrou tantas vidas e tantos sonhos em Brumadinho.

Vamos lembrar os nomes das mulheres que tombaram e das condenadas a criarem os filhos so-

zinhas, vítimas da Lama da Vale e que vivem sob ameaça por denunciar as inúmeras violações cometidas pelo modelo minerário predador e assassino.

Estamos vivas e fortes, com os pés firmes no chão... Seguimos o legado de Marielle. Seguimos de mãos dadas e pulsando amor.

Vamos inundar nossa cidade de alegria e esperança. Os tambores de Minas soarão com nossas vozes e um só canto: **O LUCRO NÃO VALE A VIDA!**

Mudança na Previdência penaliza ainda mais as mulheres

Entre os prejuízos que a Reforma da Previdência do governo Bolsonaro traz, está a exigência de 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, o aumento de 15 para 20 anos no tempo mínimo de contribuição e, praticamente, o fim da aposentadoria dos trabalhadores rurais e professores, que terão que trabalhar até os 60 anos.

A Reforma radical também reduz, em vários casos, para 60% o valor da aposentadoria por invalidez e para 50% a pensão por morte, além de criar muitos impedimentos para a aposentadoria especial. Novos trabalhadores serão vinculados à previdência privada, sistema de capitalização que gerou uma onda de suicídios e fracassou no Chile.

Essas mudanças pioram as condições de vida de toda a população, mas afetam ainda mais as mulheres

por reduzirem a diferença na aposentadoria masculina e feminina por idade (atualmente trabalhadoras urbanas se aposentam com 60 anos e homens com 65, mas querem passar para 62 anos para mulheres e 65 para homens). Também somos mais atingidas pela Reforma por representarmos a maioria entre as pessoas desempregadas ou em trabalho precário ou informal.

Por causa da cultura que nos atribui a função de cuidar de crianças e idosos, costumamos ter mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho ou entramos e saímos mais vezes nos empregos. Logo, ficamos mais vulneráveis ao projeto de Paulo Guedes, economista ligado aos fundos privados de pensão, quando exige tempo de contribuição maior ou quando retira 40% do adicional sobre o FGTS após a aposentadoria,

como está na proposta da Reforma.

“Ao longo da vida, elas (as mulheres) já são as que se aposentam por idade porque não conseguem atingir o tempo de contribuição mínimo que hoje é de 15 anos, imagine agora com a exigência de 20”, critica a economista Marilane Teixeira, professora de Economia e Relações do Trabalho da Unicamp (Cesit).

Também devemos lembrar que, ao contrário de outros países, como a França, no Brasil não há serviços públicos de qualidade, sobretudo na área de saúde, para amparar idosos de baixa renda.

Diante do projeto que dilacera a proteção social e dificulta a aposentadoria das trabalhadoras, mas que poupa judiciário e militares, precisaremos realizar manifestações gigantescas e barrar a Reforma que será votada na Câmara e

no Senado em dois turnos.

Vamos mobilizar dia e noite por uma Previdência Social pública, universal e solidária e que seja instrumento para redistribuir a riqueza produzida entre toda a população e não para enriquecer bancos e seguradoras.



Direitos das trabalhadoras da Cemig são ameaçados pela privatização

Depois do rompimento das barragens de rejeitos de Mariana e de Brumadinho, em janeiro deste ano, a população conhece bem o que acontece quando a ganância da iniciativa privada sobrepõe o respeito pela vida.

No caso da Cemig, a privatização, defendida pelo governador Romeu Zema, poderia levar à queda na qualidade do serviço, ao aumento da tarifa, à perda da confiabilidade do sistema elétrico e das barragens que atendem as hidrelétricas, que passariam a ser operadas por grupos privados que, assim como a Vale, buscam apenas o lucro.

Para os trabalhadores e, sobretudo, para as trabalhadoras, as perdas também seriam muitas. Depois de décadas de luta, o Acordo Coletivo

assinado com a estatal garante a valorização de direitos da mulher para além do básico que a CLT assegura.

A diferença começa logo na entrada com o concurso público que prevê chances iguais para homens e mulheres conquistarem uma vaga de eletricista. Ou alguém acredita que, nas empreiteiras, há concorrência em pé de igualdade a uma vaga para trabalhar no sistema elétrico de potência?

A Cemig entrou para o guia de bons exemplos da Sociedade Brasileira de Pediatria, ao lado de estatais como Furnas e Embraer, depois de ampliar de quatro para seis meses a licença maternidade. A mudança foi conquistada em 2008 – após três meses de campanha – e implantada em 2009, favorecendo o aleitamento

materno e o bem estar da mãe-trabalhadora e do recém-nascido.

Em 2017, após muita cobrança do Sindieletrô, a Cemig ampliou a licença paternidade de cinco para 20 dias. Nessas duas lutas, a mobilização se baseou na importância da presença dos pais nos primeiros

meses de vida do bebê.

Caso a Cemig seja privatizada, não há dúvidas que conquistas importantes seriam arrancadas do Acordo, como as licenças ampliadas e o auxílio creche, que em outras empresas do setor, têm valor muito reduzido.

Desafios maiores nas empresas privadas

Nas empresas privadas do setor elétrico essas licenças são reduzidas e o intervalo para aleitamento materno também é menor. Em algumas empreiteiras há até denúncia de pressão para que as mulheres retornem a seus

postos de serviço sob pena de perderem seus empregos, uma realidade que aponta um longo caminho de luta e mobilização para ampliar o direito das trabalhadoras de pequenas e médias empresas do setor elétrico.

Reforma Trabalhista também é pior para as mulheres

A Reforma Trabalhista, em vigor desde 11 de novembro de 2017, alterou mais de 100 artigos da CLT, retirando ou rebaixando direitos. Para as mulheres, as mudanças foram ainda mais perversas, atingindo principalmente a saúde e segurança no trabalho e em família.

A Reforma revogou o direito a 15 minutos de intervalo antes de iniciar horas extras e, muito pior, liberou as gestantes e lactantes para

o trabalho em locais insalubres, em graus mínimo e médio, desde que a mulher apresente atestado médico.

Tal permissão foi questionada e condenada pelo procurador regional do trabalho da 15ª Região/Campinas, Raimundo Simão de Melo: Os atestados médicos serão mesmo garantia de proteção para a mulher e o feto? O médico terá o conhecimento específico necessário sobre o local de trabalho? E o recém nascido?

Segundo a presidenta da Associação Juízes para a Democracia (ADJ), Laura Benda, a Reforma Trabalhista representa “a devastação dos direitos sociais”. E será pior ainda se passar a Reforma da Previdência. A juíza avalia que as mulheres perdem mais porque estão nos postos de trabalho mais precarizados e em empregos domésticos. E porque são mais expostas à negociação individual que a Reforma Trabalhista garantiu aos

patrões, como a imposição de jornadas com mais de oito horas por dia e intervalo menor para o almoço.

Para agravar o desamparo social das mulheres, o atual governo extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pela fiscalização das irregularidades nas relações e condições de trabalho e pela coordenação de políticas de geração de emprego, entre outras funções.



Foto: Arquivo Sindieletrô

Maria Felícia, uma eletricitária que lutou como uma mulher em plena ditadura

Em tempos de tortura, à frente de uma categoria majoritariamente masculina, devido ao próprio perfil do quadro de pessoal da Cemig, Maria Felícia da Rocha Macedo foi presidenta do Sindieletrô, nos anos 1970.

Ela esteve na direção do Sindieletrô no período de 1967 a 1982, bem naqueles tempos que a coragem de ir à luta era questão

de vida e morte.

Maria Felícia foi auxiliar de engenharia da antiga Companhia Força e Luz, empresa incorporada pela Cemig no início dos anos 70. Na direção sindical, liderou lutas pela conquista da sede própria do Sindieletrô, no bairro Floresta, em Belo Horizonte, e melhores condições de trabalho e salários.

Sua gestão também se destacou

pela vontade e coragem de buscar mudanças em um cenário que só de se posicionar contra o governo era motivo para ser vítima de prisão, tortura e até assassinato.

Em 1978, ela deu total apoio à famosa greve geral do ABC Paulista, arriscando a sua liberdade e a vida ao levar para o Estado paulista dinheiro arrecadado em Minas Gerais para a greve.

O machismo veste saia?

A nova ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, virou chacota na Web e no mundo com suas falas preconceituosas e desconectadas da realidade.

Na internet sobram vídeos com a pastora manipulando o que alega ser cartilhas dos ministérios da Educação e da Saúde para dizer que professores e governos ensinam crianças a consumirem drogas pesadas como crack e cocaína e a praticar sexo.

Em outras filmagens, Damares acusa a comunidade LGBT de pedofilia e pesquisadores e governos do Brasil e até da Holanda de masturbarem bebês a partir de sete meses, ensinando essa prática a professores.

No Dia Internacional da Mulher de 2018, Damares disse, sem pudores, que “gostaria de estar em casa toda tarde, numa rede, e meu marido ralando, muito, muito, para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade”.

No Brasil de hoje, 40,5% dos lares são chefiados por mulheres sobrecarregadas e com salários abaixo dos homens que precisam de apoio do governo. O país também lidera o ranking mundial de assassinatos por homofobia e clama por ações contra a intolerância. Ao invés de agir, Damares ajuda a desgastar precocemente o governo.

Com base no discurso do ódio e mentiras registradas no Youtube, um grupo de advogados moveu uma ação popular pedindo o afastamento de dela do cargo. Segundo a ação apresentada em Campo Grande (Mato Grosso do Sul), a nomeação da ministra desrespeita a própria Constituição e coloca em risco as finalidades da pasta de Direitos Humanos.

“

Em outros tempos, essa senhora seria processada por calúnia e difamação ou considerada alucinada. Mas, nos dias atuais, foi convidada para o ministério que substituiria a atuante Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres e para comandar uma área em que não faltam problemas graves”.



Foto: Reprodução

Violência e discriminação

Damares também foi criticada no Supremo Tribunal Federal (STF) que julga as ações para criminalizar a homofobia no Brasil. Segundo o ministro Celso de Mello, ao afirmar que na “nova era”, representada pelo atual governo, “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, a ministra faz o policiamento da sexualidade e comete “violência de gênero” de modo incompatível com a “diversidade e o pluralismo que compõem uma sociedade democrática”.

Em seu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 25 de fevereiro, Damares Alves falou sobre o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, mas não citou Marielle Franco, liderança feminina assassinada há um ano, no Rio.

Questionada sobre a omissão de um nome lembrado mundialmente, a ministra respondeu: “Nós entendemos que este não era um ambiente de prestação de contas do caso Marielle”. As poucas palavras da ministra resumem a jornada que espera mulheres e militantes de Direitos Humanos. Nossa semente germina, até mesmo na escuridão. Na longa noite que segue, estaremos de mãos dadas.

Questionada sobre a

BEATRIZ CERQUEIRA

Caladinha, NÃO!

Foto: Rogério Hlário



Deputada Beatriz Cerqueira foi ofendida, mas respondeu à altura: respeitem as mulheres!

No dia 21 de fevereiro, durante audiência, o deputado estadual Coronel Sandro (PSL) mandou que a deputada e presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Beatriz Cerqueira, ficasse “caladinha” enquanto ele falava.

A confusão começou quando o ex-coronel pediu o adiamento da votação de um requerimento de outro parlamentar. Em sua fala, o coronel fez elogios ao

Regime Militar e criticou o que considera excessiva democracia nas escolas.

Diante da provocação do coronel, que obstruía os trabalhos da Comissão, Beatriz Cerqueira o interrompeu e afirmou que ele estava desvirtuando do assunto em pauta. Visivelmente alterado, o deputado mandou que Beatriz Cerqueira ficasse “caladinha”.

Diante da confusão, a presidente da mesa suspendeu os

trabalhos da Comissão e, no plenário, fez um belo discurso afirmando que, “nenhum homem, de patente ou sem patente, tem o direito de dizer que uma mulher tem que se calar”. A parlamentar fez uma representação na Assembleia denunciando a truculência.

Para o Sindieletro, é inadmissível que um homem se dirija a uma mulher da forma como fez o deputado, sobretudo se o ambiente do ataque for

uma instituição pública.

Ataques machistas e truculentos como esses ferem o espírito democrático e reforçam a importância do debate sobre o direito das mulheres na nossa sociedade. Por isso a direção do Sindieletro se solidariza com a deputada Beatriz Cerqueira e, em conjunto com outras entidades e parlamentares, cobra providências da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Faz escuro, mas cantamos



Foto: Divulgação

Quem matou Marielle? A pergunta, sem resposta há quase um ano, se tornou slogan e palavra de ordem, mas ainda parece pouco para intensificar as investigações da barbárie. Liderança que atuava em muitas frentes, é difícil especificar quais seriam os motivos de sua execução. Reduzir a uma ou duas pautas, no entanto, poderia ser simplista demais. O mais certo é que a mescla de lutas dentro da questão dos Direitos Humanos tenha incomodado demais.

Marielle Franco foi uma mulher negra, da favela da Maré, formada em Sociologia pela PUC-Rio e mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação de mestrado teve como tema: “UPP: a redução da favela a três letras”. Em 2016, foi eleita vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com votação expressiva. Por lá, defendia a pauta dos Direitos Humanos e foi presidente da Comissão da Mulher, além de relatora da Comissão Representativa da Câmara Municipal do Rio, com objetivo de fiscalizar a Intervenção Federal nas comunidades.

Temas que tratavam de racismo, machismo, feminicídio, lesbofobia e segurança pública sempre estavam na pauta da vereadora. No entanto, sua história de lutas foi interrompida aos 38 anos, no dia 14 de março de 2018, quando Marielle foi assassinada durante um atentado no Centro do Rio de Janeiro. O carro em que estava com seu motorista, Anderson Pedro Gomes, também assassinado, foi atingido por 13 tiros.

Essa poderia ser mais uma

página do genocídio negro ou mais uma estatística de feminicídio, mas foi muito mais que isso: com a sua militância pelos direitos das minorias, Marielle se tornou a semente de um movimento que não para de crescer. Seus pilares de vida ecoam até os dias de hoje, quase um ano depois do crime que a vitimou e segue sem solução.

Lá se vão 365 dias após o assassinato sem que absolutamente nenhuma resposta concreta fosse entregue à família, aos amigos e à sociedade. Entre casos emblemáticos que envolvem militantes de causas sociais, como os assassinatos de Dorothy Stang (resolvido em 54 dias) de Patrícia Acioli (74 dias), o de Marielle já é, de longe, o que segue estacionado há mais tempo.

Muitas versões já foram levantadas e alguns suspeitos apontados: milicianos, um deputado do PHS e três do MDB do Rio. Entre idas e vindas da investigação, a federalização do crime foi demandada, a Polícia Civil do RJ dispensou a ajuda da Polícia Federal e a equipe de investigação foi substituída. A forte suspeita de que agentes estatais estejam envolvidos, pelo grau de profissionalismo da execução e pela arma utilizada – uma submetralhadora HK MP5, manuseada por forças policiais de elite – só dificulta, ainda mais, a transparência das informações.

O clamor da sociedade é justo, é urgente e é humano: precisamos saber quem matou Marielle e quais foram suas motivações. É sobre ser negro, é sobre ser favelado, é sobre ser LGBT e é sobre ser mulher na política. E todos devemos nos importar com isso.

“Marielle, me uno a ti”

Numa noite de sábado do mês de fevereiro deste ano, a ativista pelos direitos humanos Sabrina Bittencourt deu seu adeus após anos de lutas contra o abuso de mulheres e crianças. Conhecida por denunciar escândalos sexuais, Sabrina jogou luz sobre o abuso da fé de mulheres praticado por João de Deus e pelo guru Sri Prem Baba.

Qual a semelhança entre os dois casos? A busca pela cura culminando em abusos cruéis. Após anos de perseguições e ameaças,

se mudando quase mensalmente para garantir a sua sobrevivência, Sabrina sucumbiu e deixou o recado: está junto, agora, de outra grande militante de direitos humanos (Marielle Franco).

A reflexão que fica é a noção de que quem puxa o gatilho tem, por trás, a pressão de uma engrenagem bem articulada para calar a voz das mulheres. Mal sabiam, no entanto, que nos multiplicamos a cada perda. A voz da liberdade ecoa para sempre! Sabrina, presente!



100 casos de feminicídio só em janeiro deste ano

No primeiro mês deste ano, 100 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil. O levantamento é do pesquisador Jefferson Nascimento, doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), que atualiza os dados constantemente.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2017, o país registrou 13.825 crimes contra a vida das mulheres, incluindo os assassinatos e tentativas de assassinato. Lamentavelmente, naquele ano, o Brasil representou 40% dos feminicídios da América Latina, de

acordo com órgão vinculado à ONU.

Os crimes têm como elementos em comum o fato da maioria dos autores ser namorado e marido das vítimas. Estudo do Ministério Público de São Paulo apontou que 66% dos assassinatos de mulheres ocorrem no ambiente familiar.

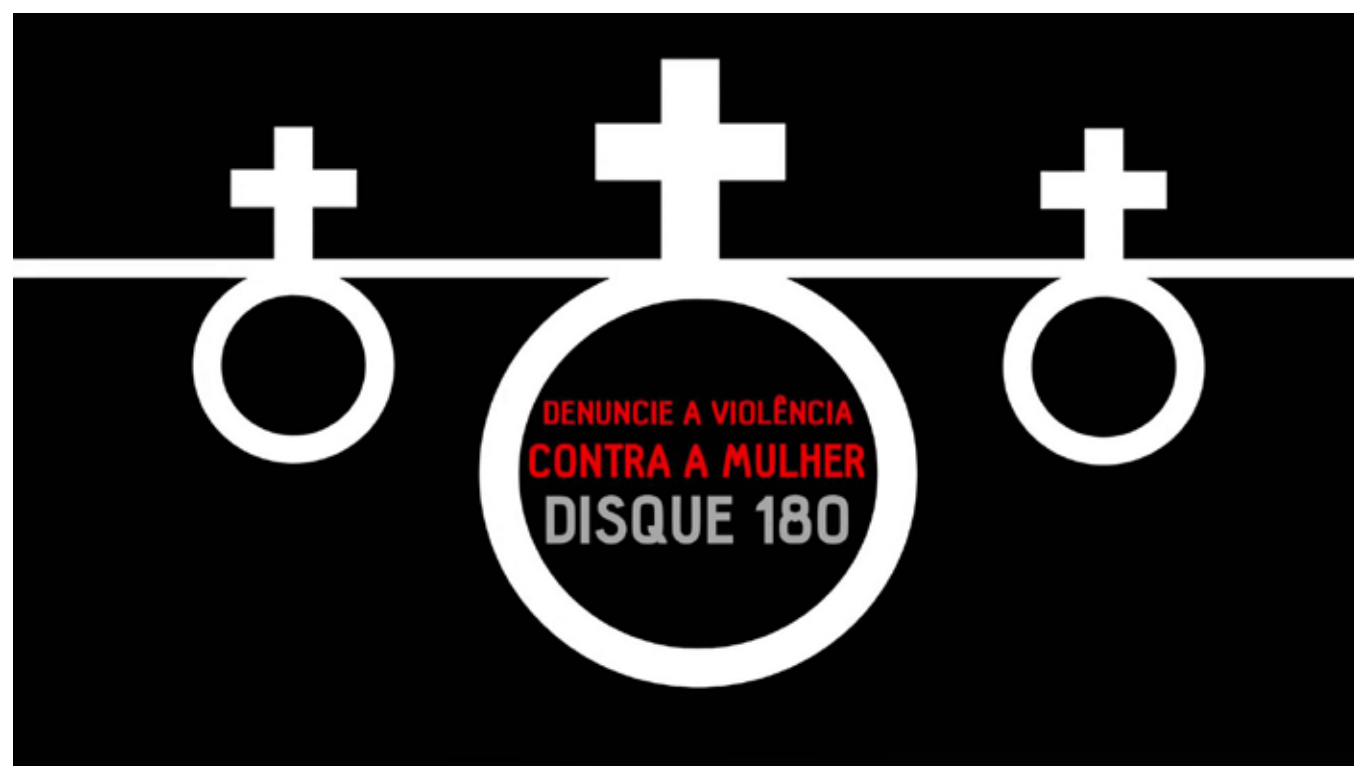
O que vem a ser feminicídio?

Pela lei 13.104/2015, feminicídio é crime de assassinato “por discriminação à condição de mulher” e que envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo. É considerado um crime hediondo e a pena prevista é de reclusão de 12 a 30 anos.

Liberação de arma de fogo agrava o risco

A previsão de especialistas em segurança é que, com a liberação do porte de armas de fogo para quase todo cidadão, logo no início do governo Bolsonaro, os crimes de feminicídio tenderão a crescer.

Uma das organizadoras do Dos-siê Mulher, major Claudia Moraes, revela que 47,2% dos homicídios cometidos contra mulheres são por armas de fogo. Segundo ela, mais que chocar, os números deveriam servir para referenciar políticas públicas e mobilizar a sociedade pela proteção das mulheres.



O que é violência de gênero?

Violência simbólica

É a mais comum e naturalizada. Quando somos interrompidas, orientadas mesmo sem solicitarmos ou excluídas de alguma tarefa por não sermos consideradas aptas, é violência simbólica! Isso sem contar as piadas machistas e a divisão desigual de tarefas. Basicamente, deduzir que uma mulher é incapaz ou ineficiente apenas por seu gênero, é violência.

Violência física

Além da agressão de fato, é violência arremessar objetos para te acuar, te segurar com força ou limitar a sua mobilidade – como travar a porta do carro, por exemplo. Fique atenta aos sinais, desde os mais sutis!

Violência moral

O “revenge porn”, ou pornografia de vingança, resume bem este tópico. Expor a vida íntima de uma mulher por vídeos, imagens ou relatos é tipificado como crime nos artigos 139 e 140 do Código Penal brasileiro.

Violência verbal

Sabe aquela piadinha, aparentemente inofensiva, sobre mulher no volante ou a loira burra? Isso também é abuso! Desprezar ou insultar, de forma direta ou indireta, é uma forma de te subjugar. Não se cale!

Violência psicológica

É ser humilhada ou sofrer de boche, bem como ser desestabilizada emocionalmente para conseguir algo. Também se enquadra o gaslighting, que, em tradução livre, especifica quando fatos são distorcidos e

omitidos para manter a vítima em dúvida sobre sua sanidade. Lembre-se: você não é louca!

Violência sexual

Pela lei 12.015, de 2009 e artigo 213 do Código Penal, estupro é “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Se não foi consensual, é estupro, com ou sem penetração. A violência pode ser presumida, ou seja: praticar chantagem emocional, drogar – como embriagar você, ou se aproveitar enquanto está dormindo entra na tipificação criminal. Denuncie!

Violência do estado

É através da desigualdade salarial – reforçada pela Reforma Trabalhista e pela iminência da Reforma da Previdência, do atendimento precário em delegacias especializadas, da violência obstétrica e de uma legislação que controla o corpo da mulher, que o Estado se torna conivente e parte crucial para que todos os outros tipos de violência ocorram.

É importante lembrar que o voto consciente em candidatas e candidatos que se importem com a pauta feminina é um passo relevante.

Caso você esteja sofrendo violência, não se cale: no trabalho, contate seu superior e o seu sindicato. Não hesite em denunciar às autoridades! Se estiver sofrendo abusos, ligue 180.

